

Deputado Dionísio Lins. (Pausa) Deputado Dionísio Lins. (Pausa)  
Deputado Charlyes Batista. (Pausa) Deputado Charlyes Batista. (Pausa)  
Deputada Zeidan. (Pausa)  
Deputado Filipe Poubel. (Pausa) Deputado Filipe Poubel. (Pausa)  
Deputado Anderson Moraes. (Pausa)  
A Presidência convida o Deputado Luiz Paulo para emitir parecer pela Comissão de Minas e Energia.

O SR. LUIZ PAULO (Para emitir parecer) - Sr. Presidente, o Projeto de Lei 5475/2022 internaliza o Convênio 112, de 2013, dando redução de base de cálculo de ICMS nas saídas internas de biogás e biometano. O parecer, no mérito, pela Comissão de Minas e Energia, é favorável, acompanhando o Substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Para emitir parecer pela Comissão de Economia, Indústria e Comércio, tem a palavra o Deputado Noel de Carvalho. (Pausa) Deputado Noel de Carvalho. (Pausa)  
Deputado Waldeck Carneiro.

O SR. WALDECK CARNEIRO (Para emitir parecer) - A Comissão vai acompanhar o parecer da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Para emitir parecer pela Comissão de Tributação, Controle da Arrecadação Estadual e de Fiscalização dos Tributos Estaduais, tem a palavra o Deputado Luiz Paulo.

O SR. LUIZ PAULO (Para emitir parecer) - Sr. Presidente, produzi três emendas a esse projeto de lei no sentido de aprimorá-lo. A CCJ acatou as emendas, entre outras; optou por substitutivo com forma final de redação. Assim posto, pela Comissão de Tributação, Controle da Arrecadação Estadual e de Fiscalização dos Tributos Estaduais eu voto no mérito favorável à matéria acompanhando o parecer da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Para emitir parecer pela Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle, tem a palavra o Deputado Márcio Canella.

O SR. MÁRCIO CANELLA (Para emitir parecer) - Sr. Presidente, o parecer é favorável acompanhando o parecer da CCJ.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Com os pareceres emitidos em votação o substitutivo da Comissão de Constituição e Justiça com forma final de redação. Os Srs. Deputados que aprovam a matéria permaneçam como estão. (Pausa)  
Aprovada. A matéria vai a Autógrafo.

O SR. LUIZ PAULO - Sr. Presidente, solicito verificação de votação.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Vamos proceder à verificação de votação solicitada pelo Sr. Deputado Luiz Paulo.

O SR. LUIZ PAULO - Peço a palavra para uma questão de ordem, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Tem a palavra para questão de ordem, o Deputado Luiz Paulo.

O SR. LUIZ PAULO - Sr. Presidente, hoje, temos quarenta e seis presenças registradas até agora. Tenho observado - e é só o senhor olhar o plenário - que na cidade do Rio de Janeiro já foi liberado o uso de máscaras para reuniões internas e para deslocamento em logradouro público. Evidencia-se que apenas alguns estão optando por usar máscaras. Por via de consequência, Sr. Presidente, a partir de 2 de abril, Deputado Márcio Canella, estaremos a seis meses das eleições. Não é justo, Sr. Presidente, que a gente chegue aqui nas primeiras horas da manhã e vá sair sempre à noite para dar quórum nas comissões e nas Sessões e outros parlamentares fiquem de forma remota fazendo o que quiserem das suas vidas. Tem que haver igualdade de oportunidades.

Então, solicito na questão de ordem a V.Exa. que V.Exa. defina - caso a Covid se mantenha nesses patamares, e espero em Deus que sim - uma data para que todas as Sessões sejam somente presenciais.

Essa é a proposta que faço a V.Exa. Não há por que seja remota. V.Exa. defina a data para a gente cumprir, porque senão daqui a pouco nós não vamos nem ter quórum para fazer Sessão.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Deputado Luiz, eu fiquei uma semana e meia distante, mas quero dizer que sou muito presente.

Acho justo, logicamente, se nós mantivermos essa queda, não tivermos mais vírus. Acho que nós temos que estabelecer um prazo. Como toda vez que tomei uma decisão também consultei à Mesa, então, irei consultá-la.

O prazo é voltarmos presencialmente, 100%, a partir de 1º de maio. Temos parte de março e abril.  
Este será o meu encaminhamento na reunião da Mesa.

O SR. LUIZ PAULO - Concordo.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Obrigado. Chamo a atenção da assessoria da Mesa: o voto não está entrando aqui.

O SR. LUIZ PAULO - Peço a palavra para encaminhar a votação, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Tem a palavra, para encaminhar a votação, o Sr. Deputado Luiz Paulo.

O SR. LUIZ PAULO (Para encaminhar a votação) - Sr. Presidente, o Projeto de Lei nº 5475/22, de autoria do Poder Executivo, Mensagem nº 5/22, internaliza o Convênio 112/2013, para conceder redução na base de cálculo do ICMS nas saídas internas de biogás e biometano. A CCJ deu parecer acatando um conjunto de Emendas, inclusive de minha autoria, optou por Substitutivo com forma final de redação, e todas as Comissões Permanentes, sem exceção, votaram favorável.

Assim posto, Sr. Presidente, estou encaminhando meu voto 'sim'.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - O Cidadania encaminha 'sim'. É isso mesmo?

O SR. LUIZ PAULO - Sr. Presidente, quicá esta seja a última semana, para minha tristeza, em que votarei e encaminharei pelo Cidadania.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Atenção, Srs. Parlamentares, estamos em procedimento de votação. Votando 'sim' aprova a matéria, votando 'não' rejeita a matéria.

A Presidência irá proceder à 1ª chamada nominal.  
Deputada Alana Passos. (Pausa) Deputada Alana Passos. (Pausa)

Deputado Alexandre Freitas. (Pausa) Deputado Alexandre Freitas. (Pausa)

Deputado Alexandre Knoploch. (Pausa) Deputado Alexandre Knoploch. (Pausa)

Deputado Átila Nunes. (Pausa) Deputado Átila Nunes. (Pausa)

Deputado Brazão. (Pausa) Deputado Brazão. (Pausa)  
Deputado Chico Machado. (Pausa) Deputado Chico Machado. (Pausa)

Deputado Chiquinho da Mangueira. (Pausa) Deputado Chiquinho da Mangueira. (Pausa)

Deputado Coronel Salema. (Pausa) Deputado Coronel Salema. (Pausa)

Deputado Danniell Librelon. (Pausa) Deputado Danniell Librelon. (Pausa)

Deputado Delegado Carlos Augusto. (Pausa) Deputado Delegado Carlos Augusto. (Pausa)

Deputado Filipe Poubel. (Pausa) Deputado Filipe Poubel. (Pausa)

Deputado Gustavo Schmidt presente, vai votar.

Deputado Jalmir Júnior. (Pausa) Deputado Jalmir Júnior. (Pausa)

Deputado Jorge Felipe Neto presente, vai votar.

Deputado Luiz Martins. (Pausa) Deputado Luiz Martins. (Pausa)

Deputado Marcelo Dino. (Pausa) Deputado Marcelo Dino. (Pausa)

Deputado Márcio Canella presente, vai votar.

Deputado Poubel presente, vai votar.

Deputado Márcio Gualberto. (Pausa) Deputado Márcio Gualberto. (Pausa)

Deputado Marcos Muller. (Pausa) Deputado Marcos Muller. (Pausa)

Deputada Mônica Francisco. Presente. Vai votar.

Deputado Renato Zaca. (Pausa) Deputado Renato Zaca. (Pausa)

Deputado Val Ceasa. (Pausa) Deputado Val Ceasa. (Pausa)

Deputado Valdecy da Saúde. (Pausa) Deputado Valdecy da Saúde. (Pausa)

Deputado Wellington José. (Pausa) Deputado Wellington José. (Pausa)

Deputada Zeidan. (Pausa) Deputada Zeidan. (Pausa)  
A Presidência irá proceder à 2ª Chamada.

Deputada Alana Passos. (Pausa) Deputada Alana Passos. (Pausa)

Deputado Alexandre Knoploch. (Pausa) Deputado Alexandre Knoploch. (Pausa)

Deputado Anderson Alexandre. (Pausa) Deputado Anderson Alexandre. (Pausa)

Deputado Chico Machado. (Pausa) Deputado Chico Machado. (Pausa)

Deputado Delegado Carlos Augusto. (Pausa) Deputado Delegado Carlos Augusto. (Pausa)

Deputado Filipe Poubel. Presente. Vai votar.

Deputado Jalmir Júnior. (Pausa) Deputado Jalmir Júnior. (Pausa)

Deputado Marcelo Dino. (Pausa) Deputado Marcelo Dino. (Pausa)

Deputado Márcio Canella. Presente. Vai votar.

Deputado Renato Zaca. (Pausa) Deputado Renato Zaca. (Pausa)

Deputado Giovanni Ratinho já votou?

O SR. GIOVANI RATINHO - Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Proclamo o resultado.

Votaram "Sim" os Senhores Deputados: Alexandre Freitas, André Ceciliano, Átila Nunes, Beбето, Brazão, Carlos Macedo, Carlos Minc, Célia Jordão, Charlyes Batista, Chiquinho da Mangueira, Coronel Salema, Dani Monteiro, Danniell Librelon, Dionísio Lins, Dr. Deodatto, Eliomar Coelho, Enfermeira Rejane, Eurico Júnior, Flávio Serafini, Gustavo Schmidt, Jair Bittencourt, Jari Oliveira, Jorge Felipe Neto, Lucinha, Luiz Martins, Luiz Paulo, Marcelo Cabeleireiro, Márcio Canella, Márcio Gualberto, Márcio Pacheco, Marcos Muller, Marcus Vinícius, Martha Rocha, Mônica Francisco, Noel de Carvalho, Paula Tringuelê, Rodrigo Amorim, Ronaldo Anquieta, Rosenverg Reis, Samuel Malafaia, Subtenente Bernardo, Tia Ju, Val Ceasa, Valdecy da Saúde, Waldeck Carneiro, Wellington Jose, Zeidan.

Totais: Votos "Sim": 47. Votos "Não": 0. Votos abstenção: 0. Total de Votos: 47.

A matéria foi aprovada. Vai a Autógrafo.

Anuncia-se a votação - em Discussão Única, em Regime de Urgência:

PROJETO DE LEI 5507/2022, DE AUTORIA DOS DEPUTADOS LUIZ PAULO, ANDRÉ CECILIANO E LUCINHA, QUE DISPÕE SOBRE O ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - IPM EM CASOS DE CALAMIDADE PÚBLICA E SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA.  
(PENDENDO DE PARECERES DAS COMISSÕES: DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA; DE ASSUNTOS MUNICIPAIS E DE DESENVOLVIMENTO REGIONAL; E DE ORÇAMENTO, FINANÇAS, FISCALIZAÇÃO FINANCEIRA E CONTROLE.)

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Para emitir parecer pela Comissão de Constituição e Justiça, tem a palavra o Deputado Márcio Pacheco.

O SR. MÁRCIO PACHECO (Para emitir parecer) - Sr. Presidente, parecer pela constitucionalidade com emendas.

(Lendo):

"PARECER ORAL

DA COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA AO PROJETO DE LEI N.º 5507/2022 QUE "DISPÕE SOBRE O ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - IPM EM CASOS DE CALAMIDADE PÚBLICA E SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA"  
Autores: Deputado LUIZ PAULO, ANDRÉ CECILIANO, LUCINHA  
Relator: Deputado MÁRCIO PACHECO

PELA CONSTITUCIONALIDADE, COM EMENDA

I - RELATÓRIO

Trata-se de exame ao Projeto de Lei N.º 5507/2022 QUE "DISPÕE SOBRE O ÍNDICE DE PARTICIPAÇÃO DOS MUNICÍPIOS - IPM EM CASOS DE CALAMIDADE PÚBLICA E SITUAÇÃO DE EMERGÊNCIA"

II - PARECER DO RELATOR  
Conforme determina o art. 26, §1º do Regimento Interno da Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro, compete a esta Comissão de Constituição e Justiça se pronunciar acerca da constitucionalidade, legalidade, juridicidade e técnica legislativa deste projeto.

A proposta é meritória e se destina a estabelecer que o Índice de Participação dos Municípios - IPM referente ao ano de 2023 deverá ser igual ou superior ao do ano de 2019 para os municípios que estiverem em "Situação de Emergência" ou "Calamidade Pública", reconhecida por Portaria do Secretário Nacional de Proteção e Defesa Civil e homologado por Decreto Estadual declarada no ano de 2022.

Contudo, com o intuito de aprimorar o projeto apresento a seguinte emenda:

EMENDA ADITIVA

Inclua-se artigo ao Projeto de Lei n.º 5507/2022, que passa a vigorar com a seguinte redação:

"Art. Para o cumprimento do disposto nesta Lei, deverá observar o estudo de impacto financeiro-econômico, em observância ao art. 113 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, bem como ao artigo 16, inciso I da Lei Complementar n.º 101, de 04 de maio de 2000 e demais exigências legais."

Ante o exposto, meu parecer ao Projeto de Lei n.º 5507/2022 é pela CONSTITUCIONALIDADE COM EMENDA.  
Edifício Lúcio Costa, 15 de março de 2022.  
Deputado MÁRCIO PACHECO, Relator"

(Conclui a leitura)

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Para emitir parecer pela Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle, tem a palavra o Deputado Carlos Macedo.

O SR. CARLOS MACEDO (Para emitir parecer) - Sr. Presidente, acompanho a CCJ.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Para emitir parecer pela Comissão de Orçamento, Finanças, Fiscalização Financeira e Controle, tem a palavra o Deputado Márcio Canella.

O SR. MÁRCIO CANELLA (Para emitir parecer) - Sr. Presidente André Ceciliano, parecer favorável, acompanhando a CCJ.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Com os pareceres emitidos, em discussão a matéria. Quer discutir?

O SR. LUIZ PAULO - Para discutir, é que eu estava esclarecendo; ele trocou o projeto.

O SR. MÁRCIO PACHECO - É com emenda, Sr. Presidente.

O SR. LUIZ PAULO - Eu quero discutir a matéria, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Para discutir a matéria, tem a palavra o Sr. Deputado Luiz Paulo.

O SR. LUIZ PAULO (Para discutir a matéria) - Sr. Presidente Deputado André Ceciliano, Sras. e Srs. Deputados que nos acompanham de forma presencial ou remota, senhoras e senhores que nos assistem pela TV Alerj, senhoras e senhores presentes, o Projeto de Lei...

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Atenção assessoria de som, por favor.

O SR. LUIZ PAULO - Tudo de novo, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (ANDRÉ CECILIANO) - Por favor, Deputado.

O SR. LUIZ PAULO (Para discutir a matéria) - Sr. Presidente, Deputado André Ceciliano, Sras. e Srs. Deputados, que nos acompanham de forma presencial ou remota, Sras. e Srs. que nos assistem pela TV Alerj, Sras. e Srs. presentes em plenário, vamos discutir o Projeto de Lei 5507/2022, de minha autoria, com o Deputado André Ceciliano e a Deputada Lucinha, que dispõe sobre o Índice de Participação dos Municípios, o IPM, em casos de calamidade pública e situação de emergência.

Sras. e Srs., Deputada Lucinha, Deputado André Ceciliano e eu, sensíveis que ficamos, como ficaram os Srs. e Sras. Deputados, em relação às calamidades públicas que se abateram sobre o município de Petrópolis e, antes de Petrópolis, em 16 municípios do Noroeste Fluminense, consequência das enchentes que aconteceram no Estado de Minas Gerais, nas regiões das bacias hidrográficas que demandam ao Noroeste Fluminense, esses municípios ficaram economicamente, entre outras vertentes, muito, muito prejudicados - vou me remeter mais à Petrópolis, porque a tragédia da enchente ficou associada à tragédia de desmoronamentos, enxurradas e mais de 230 mortes. Então, preocupados que estamos com a recuperação econômica desses municípios, dentro do princípio da solidariedade federativa, é que nos parece justo que o IPM, Índice de Participação dos Municípios, Deputado Jair Bittencourt, que vai vigorar para o ano de 2023, porque o de 22 já está em curso, seja o mesmo Índice de Participação dos Municípios de 2018.

E por que de 2018? Deputada Lucinha, sabe bem V. Exa., que é participe do projeto, que 2018 foi o ano que precedeu a Covid. Foi o último ano, em tese, de alguma normalidade. E exatamente, nós queremos que os municípios saindo dessas tragédias - e, com Petrópolis, são mais 16 -, eles possam vir a se recuperar. É claro que, quando definimos um ano para ser o IPM, muitos outros municípios podem perder algum ICMS, mas por isso é que nós estamos respaldados na solidariedade federativa. O Estado do Rio de Janeiro é formado de um estado e 92 municípios.

Concedo aparte ao Deputado Waldeck Carneiro.

O SR. WALDECK CARNEIRO - Deputado Luiz Paulo, eu quero apenas fazer uma observação. Porque, na verdade, o projeto busca, no contexto do enfrentamento às sequelas em consequência da tragédia, trabalhar com um percentual do IPM, do Índice de Participação de Municípios, no caso de Petrópolis, que é do ano de 2019, que foi, nos últimos anos, o percentual mais elevado. Eu fiz a conta aqui...

O SR. LUIZ PAULO - Não, Deputado Waldeck Carneiro, desculpe-me.

O SR. WALDECK CARNEIRO (Aparteando) - Pois não.

O SR. LUIZ PAULO - Eu escrevi isso, eu só falei 18.

O SR. WALDECK CARNEIRO - Perfeitamente. Em 2019, o percentual foi de 2,87; em 2022 foi de 1,6 só. Então, é muito importante que transitoriamente, excepcionalmente, a gente aproveite esse instituto, que decorre da Constituição de 88 - o IPM veio de lá, não tinha antes da Constituição de 88 - e que a gente possa trabalhar, como forma de mitigar as consequências da tragédia, com o percentual excepcionalmente maior, fora dos critérios convencionais.

A gente sabe que isso tem a ver com cota parte, Deputado Luiz Paulo, com a cota parte do ICMS: 25% do ICMS recolhido no Estado são distribuídos pelos 92 municípios segundo critérios fixados em lei. Então, queria registrar a importância de nós tratarmos de maneira desigual situações desiguais, como essa da tragédia que se abateu sobre a população de Petrópolis.

Portanto, faço aqui essa manifestação e já adianto o meu voto favorável à matéria.

O SR. LUIZ PAULO - Deputado Waldeck Carneiro, consoante o seu aparte, vou finalizar porque sexta-feira retrasada eu tive uma reunião com o prefeito Bomtempo e o seu secretariado, lá em Petrópolis, e lá levei um elenco de meia dúzia de Projetos de Lei que serviriam para esses 17 municípios, em especial para Petrópolis.

Disse-me ele, sobre essa questão do IPM, que se a Assembleia aprovasse esse Projeto e o Governador sancionasse, evidentemente, seria uma das medidas assertivas importantíssimas para o município de Petrópolis. Porque esse IPM de Petrópolis, há dois ou três anos, vem em quedas seguidas. E com essa tragédia de 22, ele iria para o chão definitivamente.

O SR. WALDECK CARNEIRO - V. Exa. me permite acrescentar um elemento?

O SR. LUIZ PAULO - Pois não, Deputado.

O SR. WALDECK CARNEIRO - Até o presente momento, o Governo Federal, de maneira insensível, como tem acontecido, sem sensibilidade com a vida e com a tragédia, ajudou Petrópolis com 2,3 milhões de reais. Minc, 2,3 milhões de reais foi a ajuda que o Governo Federal, o Governo de Bolsonaro ofereceu a Petrópolis até agora: 2,3 milhões de reais. A Assembleia ajudou com 30 milhões de